

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não é exagero pensar que todos os aspectos da cultura ocidental, ou quase todos, para não cairmos no terreno arenoso da generalização, têm suas origens na cidade de Atenas, na Grécia antiga. A literatura, a arte, o teatro, a ética, a moral, a democracia, a política, o verossímil, a Biologia, a Física, a Geometria, a Lógica, enfim, uma relação generosa de práticas sociais e de áreas do conhecimento deram as suas primeiras declarações na língua grega antiga.

O poeta inglês Percy Shelley (1792-1822), no prefácio de seu poema *Hellas*, diz “*we are all greeks*”. O historiador belga Marcel Detienne (1935-2019), ao escrever sobre os gregos, pergunta-se: mas por que os gregos? E ele mesmo responde: porque os gregos tiveram o gosto do universal, inventaram a liberdade, a filosofia e a democracia, ou seja, estão na origem do próprio espírito da civilização ocidental. O matemático britânico Alfred Whitehead (1861-1947) costumava dizer que toda filosofia ocidental não passava de notas de rodapé à obra de Platão. E as declarações não se incomodaram em viajar pelo Atlântico. Temos uma só nossa, brasileiríssima. O escritor paulista Monteiro Lobato, em sua obra *Minotauro*, colocou na boca de dona Benta: a Grécia está no nosso idioma, no nosso pensamento, na nossa arte, na nossa alma; somos muito mais filhos da Grécia do que de qualquer outro país.

Poderíamos estender os exemplos citados a um número enfadonho de casos, se nossa intenção fosse única e exclusivamente defender a importância da cultura da Grécia antiga para a nossa civilização. No entanto, essa questão não nos inquieta. O número de evidências e a quantidade de autores que endossam essa premissa nos deixam confortáveis em demarcar, na Grécia antiga, a linha de largada.

Mas, a que devemos esses primeiros parágrafos e suas constatações de que muito temos de Grécia antiga em nosso DNA social? A resposta é: nosso tema é a política. Contudo, a indagação ainda persiste: qual a justificativa para voltar à Grécia antiga e

debater sobre a política de uma época tão longínqua, se o cenário político contemporâneo esbanja situações passíveis de análise? Não seria mais fácil estar diante de casos contemporâneos, em que os conflitos refletiriam situações mais próximas ao nosso conjunto de regras e de valores atuais? Os livros, os artigos, as teses já defendidas sobre o assunto não nos ofereceriam um número suficiente de discursos e facilitariam nossa pesquisa sobre o tema de que resolvemos tratar? As respostas a essas perguntas não são triviais.

Partimos do princípio de que toda discussão científica e séria precisa, no mínimo, entender as bases que fundaram seu objeto de investigação. Estabelecer um diálogo com um tema milenar e partir da atualidade poderia nos colocar diante de termos esvaziados de sentido pela viagem diacrônica ou, ao contrário, recheados de significados que receberam por essa mesma viagem: direita, esquerda, neofascista, neonazista, neoliberal, conservador, progressista. A lista é um sem-fim de abordagens que caiu no senso comum e virou um pote cheio de predicativos utilizados como munição em uma guerra ideológica. O objetivo é somente desqualificar quem pensa diferente. Nada nos acrescenta.

Precisávamos nos distanciar desses atritos e encontrar a gênese da questão para orientar nossa pesquisa de forma mais assertiva. Como bem disse o filósofo Wolff (2003), desde que houve humanidade na Terra o homem viveu politicamente. Então, duas questões se impõem: i) se o homem sempre viveu politicamente, teríamos herdado esse modo de vida de forma impositiva e irreflexiva?; e ii) a Grécia antiga não data o início da humanidade. Se o homem sempre viveu politicamente, o que outorga à Grécia o título de inventores da política?

A resposta a essas duas questões se imbrica com a própria história da Grécia antiga. De início, a mitologia e os seus deuses fizeram da política um poder, como um destino. É como se homens fossem predestinados a viver sob um comando que vinha do alto, mediado pelos reis. Os reis eram a encarnação das figuras dos deuses, que os homens se viam fadados a servir, sob pena de alguma maldição dos céus. Mas foi a própria Grécia que alterou essa predestinação. O início da filosofia marcou o declínio da crença e emergiu o uso da razão como condição para debater a posição do homem no mundo.

É um tanto quanto difícil para nós, viventes do século XXI, imaginar a força que a cultura mitológica tinha há dois milênios e meio e, muito mais, entender como a ruptura com essa mitologia pôde conceder aos gregos o título de inventores da política e legar, a todo o Ocidente, um modelo de convivência regido por regras mundanas. Como já dito, o homem sempre viveu politicamente, mas, antes dos gregos, a política era comandos que chagavam do alto e executados de forma devotada. Há de se observar que não se assemelhava à escravidão da forma que conhecemos hoje. O homem cumpria os mandados do rei de forma análoga aos pulmões ao respirar, o coração ao bombear. Era uma relação, embora social, exercida de forma quase fisiológica.

Ao romper essa relação devotada com os deuses, os gregos viram-se diante do desconhecido, sem modelos a seguir. A partir desse ponto, a política desceu do céu

para a terra, ou seja, deixou de ser a submissão do homem aos deuses e passou a ser objeto de discussão cotidiana. Tudo era novidade: as cidades, a democracia, a ética, enfim, toda relação entre os homens passou a ser um campo aberto.

Os gregos, então, enxergaram a possibilidade de desenhar um modelo de convivência que fosse livre da imposição e, com isso, o discurso, com sua força persuasiva, ganhou espaço e prestígio nas *poleis*, especialmente em Atenas, com a criação das assembleias para debate sobre as soluções aos problemas da cidade, aos conflitos naturais que surgem do contato humano.

Eis, portanto, a gênese da questão política: é o palco onde se encenam as soluções relacionadas aos problemas da coexistência. O remédio utilizado para diluir os conflitos foi o discurso. Por meio dele, construíam-se os argumentos necessários para que as partes conflitantes aceitassem um desfecho pacífico. Entretanto, os gregos perceberam nesse modelo democrático um grande obstáculo: o discurso é um meio pacífico para solucionar os conflitos, mas, e se uma das partes resolvesse não seguir o acordado? As assembleias perderiam a credibilidade. A saída foi criar um poder institucionalizado, por meio de regras previamente estabelecidas.

Instaurou-se, com isso, um paradoxo. Os gregos inventaram a política como a prática do uso do discurso para solucionar os conflitos oriundos da convivência, mas, ao mesmo tempo, para que essa invenção tivesse credibilidade, precisaram lançar mão de um poder coercitivo: dialogavam para não usar a força e institucionalizam a força para dar crédito ao diálogo. Ficou, de um lado, o governo, com sua força coercitiva, e, de outro, a população, com suas assembleias deliberativas.

Esse paradoxo foi constituinte da prática política e, até hoje, mantém sua solução inicial. Independentemente das nomenclaturas utilizadas e das diversificações edificadas pelas sociedades vindouras, houve sempre um poder coercitivo de um lado e uma população, menos ou mais livre, do outro, com o objetivo de encontrar, no discurso, um meio possível de se relacionar de forma minimamente harmoniosa.

A ideia de nos distanciar dos atritos da contemporaneidade não foi só pela questão semântica dos termos que servem de subsídios aos ataques ideológicos atuais, mas também pelo simples fato de que a política é o local, por definição, dos conflitos. Na Grécia antiga, na Idade Média, na Idade Moderna e na Idade Contemporânea existiram, existem e não há nenhum vestígio de que deixarão de existir conflitos. No próprio período da Grécia antiga, a democracia foi golpeada pelo Rei Filipe II e seu filho Alexandre Magno, os quais diminuíram o prestígio do discurso e restabeleceram o uso da força física. De lá para cá, a História nos legou uma diversidade considerável de modelos e foi nessa diversidade que nossa pesquisa se propôs a encontrar respostas a duas perguntas.

A primeira pergunta tem relação com o fato de o discurso fazer parte do universo político. Se o paradoxo entre o discurso para suprimir o uso da força e a necessidade da criação da força para garantir o uso do discurso foi o alicerce da política, as figuras de governantes e governados fizeram parte deste alicerce. Portanto, se esse paradoxo

persiste até hoje, é possível encontrar nos discursos políticos, ao longo dos tempos, alguma prática permanente na relação comunicativa entre essas duas figuras?

A segunda pergunta se associa ao fato de que a comunicação, especialmente na política, tem o objetivo de persuadir. Para evitar conflitos, o papel do governo é conseguir a adesão de seu público às propostas que lhes são apresentadas. Como hipótese da falta de homogeneidade intelectual¹ entre governantes e parte considerável dos governados, é possível inferir que os governantes apelaram e ainda apelam ao uso das paixões, especialmente o medo, para conseguir adesão fora do campo racional, e a esperança, por se oferecer como antídoto ao medo?

Para responder às duas perguntas da pesquisa, estabelecemos como objetivo geral analisar as principais teorias políticas, desde a Grécia antiga, e verificar como os pensadores a definiram, cada um à sua época, sob a perspectiva do poder, a fim de evidenciar algum padrão na relação comunicativa entre governantes e governados. Para alcançarmos esse propósito, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: a) identificar e descrever as teorias para constatar se algum padrão discursivo permaneceu no tempo; e b) refletir, sob os pressupostos da Retórica, se os discursos tinham um apelo emocional e se o uso do medo e da esperança estiveram presentes.

Para aporte teórico, utilizamos principalmente os autores da Retórica. Como buscamos as evidências nos discursos para responder às questões, precisávamos de uma teoria que nos auxiliasse na análise dos textos materializados. Encontramos em Aristóteles ([384-322 a.C.], 2013), Ferreira (2015), Meyer (2018), Mosca (1997) e Tringali (2013) toda a discussão necessária em torno do contexto retórico. Em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000), buscamos todo o conceito sobre estratégias argumentativas. Valemo-nos, também, de algumas teorias ancilares, como a antropologia de Le Breton (2009), que nos deu suporte para analisar a tensão entre razão e paixão, que perpassa toda a filosofia ocidental.

Para a estrutura dos capítulos, optamos por, além das considerações iniciais e finais, construir três capítulos. Essencialmente, a intenção é trazer as discussões políticas para obter uma perspectiva de atemporalidade, dialogar com os conceitos da Retórica para subsidiar a identificação da passionalidade nos discursos e realizar as análises propriamente ditas.

No primeiro capítulo, apresentamos as ideias políticas de autores consagrados da filosofia. Para cada um deles, fizemos uma síntese do contexto em que viveram e dos respectivos problemas que intencionaram solucionar. Utilizamos, como subcapítulos, o recorte temporal consagrado pelos historiadores: período clássico² (508 a.C. – 476 d.C.),

¹ Não se trata de associar inteligência a um grupo e ignorância ao outro, mas de pressupor que os governantes têm claras as suas intenções, enquanto boa parte dos governados, apáticos a questões políticas, são incitados a aderir a propostas sem a realização de nenhuma análise crítica.

² Embora tenhamos informado o período da história a que nos referimos, o termo “clássico” pode gerar conflito no entendimento sobre a exata cronologia. Para esta tese, utilizamos “período clássico” para nos referirmos à Antiguidade Clássica.

período medieval (476 – 1453), período moderno (1453 – 1789) e período contemporâneo (1789 – Atual). Para o período clássico, estudamos Platão e Aristóteles. Não há dúvidas sobre a superioridade teórica desses dois autores na época em que escreveram, tampouco que foram os fundadores de uma filosofia voltada aos problemas da coexistência, ou seja, da filosofia política. Para o período medieval, optamos por Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Esse período foi marcado pela existência de duas escolas do pensamento: a Patrística e a Escolástica. Santo Agostinho foi o principal expoente da primeira escola, enquanto São Tomás de Aquino foi o maior representante da segunda. Em relação ao moderno, ficamos com Nicolau Maquiavel, os contratualistas, os liberais clássicos³ e fechamos com Immanuel Kant. O número de pensadores dessa época é expressivo e, obrigatoriamente, tivemos de fazer escolhas. Adotamos Maquiavel por ser o primeiro a criticar as ideias das escolas criadas na era medieval e abrir caminho para uma discussão pautada na razão e não mais na fé. É o autor que abriu as discussões da era moderna. Os contratualistas e os liberais foram escolhidos por trazerem as discussões sobre o limite do poder do Estado, já que escreveram em uma época de grandes regimes absolutistas. Kant, por sua vez, fez parte de nossas escolhas na medida em que encerra a discussão desse período. Adotamos Friedrich Hegel, Karl Marx, Hannah Arendt e Jürgen Habermas como os representantes do período contemporâneo. Hegel iniciou a discussão política na era contemporânea. O Capitalismo já era o modelo econômico vigente e já trazia internamente suas contradições sociais. Marx foi escolhido para estudarmos uma visão contrária à lógica de produção e comercialização capitalista. Arendt entrou na escolha por ser estudiosa – e vítima – dos modelos totalitários que emergiram no século XX, com as duas grandes guerras, e Habermas por último, por estar vivo e atuante nas discussões sobre os problemas da coexistência na contemporaneidade. Para finalizar, abrimos um subcapítulo para refletir sobre as ideias desses filósofos e justificar a nossa perspectiva de atemporalidade política.

No segundo capítulo, tratamos da fundamentação teórica. Iniciamos com a discussão sobre a capacidade de o homem refletir e escolher sem se deixar influenciar pelas próprias paixões. Grosso modo, investigamos se há a possibilidade de decisões serem tomadas com base única e exclusivamente na razão. Essa investigação se justifica pelo intenso embate entre os filósofos políticos estudados no primeiro capítulo. Enquanto alguns advogaram para a supremacia da razão, outros defenderam a tese da necessidade da inter-relação com o sensível, ou seja, a certeza de que a razão nada conseguiria processar se a paixão não a subsidiasse. Na sequência, entramos nos pressupostos da Retórica em si. Debates sobre alguns conceitos atrelados ao *pathos* e ao *logos*, bem como os procedimentos argumentativos utilizados para criar associações ou dissociações de ideias, com o objetivo de levar um auditório a aceitar ou a recusar uma tese levada a seu assentimento.

³ O termo “clássico”, quando associado aos liberais, é utilizado para diferenciar a escola filósofo-econômica do período moderno da escola dos liberais da atualidade, que, embora utilizem conceitos parecidos, representam interesses distintos.

No terceiro e último capítulo, ocupamo-nos, especificamente, em demonstrar qual o procedimento metodológico utilizado e as análises em si, com vistas a identificar as respostas que procuramos com base no referencial teórico que escolhemos. Como o período da pesquisa é demasiadamente extenso, é praticamente impossível levantar todos os discursos políticos. Então, optamos por buscar três discursos em cada um dos períodos, para verificar se há a tendência ao uso das paixões como estratégia argumentativa, isto é, da passionalidade, especialmente o medo e a esperança, como elemento fundamental da persuasão no campo da política. Os discursos foram selecionados com base na relevância histórica de seus oradores. Ao final deste capítulo, abrimos uma subdivisão para realizar uma reflexão sobre as análises e demonstrar nossa perspectiva de atemporalidade e passionalidade.